

January 17, 1979

**Memorandum, Shigeaki Ueki, Brazilian Minister of
Energy on Nuclear Energy Cooperation with Iraq**

Citation:

"Memorandum, Shigeaki Ueki, Brazilian Minister of Energy on Nuclear Energy Cooperation with Iraq", January 17, 1979, Wilson Center Digital Archive, CPDOC Archives, PNB pn a 1978.07.13 pp.22-27. Obtained and translated by Fundação Getúlio Vargas. <https://digitalarchive.umd.edu/document/116867>

Summary:

Minister of Mines and Energy, Shigeaki Ueki, reports to the Secretary-General of the National Security Council, General Gustavo Rego Reis, and to the Foreign Minister, Azeredo da Silveira, the requests made by Iraqi officials in 1978 and the stage of negotiations on the subject. He emphasizes the high value placed by Iraq on the matter and the increased relevance of Iraq as an oil-supplier and recommends that Brazil should satisfy Iraq's demand.

Credits:

This document was made possible with support from Carnegie Corporation of New York (CCNY)

Original Language:

Portuguese

Contents:

Original Scan
Translation - English

CÓPIA

Nº 47
4.5.71
PNB 1968.06.15
pmlaS E C R E T O - U R G E N T E

EMBAIXADA EM BONN

AEO/430.1(81a)(42)
550.(81a)Relações Brasil/RFA. Visita
do Ministro Walter Scheel.

Levo ao conhecimento de Vossa Excelência os pontos principais de minha conversa com o Ministro Walter Scheel, durante sua recente visita ao Brasil. A pedido dêle, nosso encontro, que se prolongou por hora e meia, foi realizado sem a presença de qualquer testemunha. No decorrer de nossa conversa, marcada não apenas por um espírito de cordialidade mas de aberta franqueza, tratamos de assuntos de natureza comercial, financeira, técnico-científica e política, seja em âmbito bilateral, seja no campo multilateral.

Campo comercial

2. Declarei que, embora seja satisfatório o volume do intercâmbio comercial entre os dois países, considerava dever o Brasil expandi-lo de seu lado e, principalmente, diversificar suas exportações para a Alemanha. Nesse sentido, aspirávamos a que a RFA financiasse prospecção de mercado para a entrada em seu território de novos produtos brasileiros, trabalho para o qual havíamos recebido proposta da firma Planungsgruppe Ritter, a qual parecia ser idônea e eficiente. Respondeu-me o Ministro Scheel que a Alemanha Federal tem todo o interesse em atender a este nosso

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/2.

nosso desejo, para o que sugeriu-me fôsse a ajuda fornecida através da rubrica "cooperação técnica", ao que lhe retrequei estar de acôrdo. Combinamos que seria posteriormente concretizado entendimento a respeito.

Relações com a Comunidade Econômica Européia

3. Manifestei interêsse do Govêrno brasileiro no apoio da RFA ao acôrdo com a CEE que o Brasil está em vias de propor e que significará uma intensificação da cooperação mútua nos campos comercial, financeiro e técnico. Respondeu-me o Ministro Scheel que recebia, em princípio, favoravelmente essa manifestação; em consequência, daria instruções ao representante alemão junto à CEE, em Bruxelas, o Professor Dahrendorf. Disse-lhe eu, em seguida, que havíamos recebido com agrado a adoção pela CEE do sistema de preferências gerais, mas que nos preocupávamos com a possibilidade de extensão dêsse sistema a Portugal, Espanha, Israel, Turquia e Grécia, extensão essa favorecida pela RFA. Considera o Brasil injusta a equiparação para tal efeito dos países citados aos países subdesenvolvidos, membros do Grupo dos 77, de vez que os primeiros dispõem, quase todos, de vínculos especiais com a CEE e, além disso, alguns dêles dificilmente poderiam ser caracterizados como países em desenvolvimento. Meu interlocutor não me pareceu propenso a aceitar nossa posição a respeito.

Ajuda financeira

4. A êsse respeito declarei ao Ministro Scheel estar preocupado com a posição de seu colega de Gabinete, o Ministro da Cooperação Econômica, Senhor Eppler, segundo o qual a ajuda financeira externa deve ser "politizada". Respondeu-me que êle

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/3.

Ele próprio se opunha a tal tendência, podendo assegurar-me que ela já se achava hoje praticamente superada. Falei-lhe então da aspiração do Brasil de uma maior participação na ajuda financeira alemã, lembrando-lhe a insuficiência da parcela atribuída à América Latina, quando somente o Brasil contribui com cerca de 400 milhões de dólares para o tesouro alemão, com impostos cobrados sobre o nosso café. Respondeu-me o meu colega alemão que o Brasil, detém, depois dos países europeus, a prioridade de investimentos privados alemães; ao que lhe retruquei não poder aceitar o argumento, uma vez que se tratava de fatores diferentes para a ajuda ao nosso desenvolvimento, embora fôsem ambos de grande importância. No que se refere à taxa sobre o nosso café (Kaffeesteuer) disse-me que ela em nada impede a expansão do consumo do produto em seu país. Propus-lhe então uma experiência, durante seis meses, sem a taxa, para ver se o consumo aumentava ou não, ao que retrucou-me não ser possível.

Cooperação científica e técnica

5. Reiterei ao Ministro Scheel nosso interesse em incrementar cada vez mais as relações entre os dois países nesse domínio e referi-me especialmente ao acordo de cooperação nuclear que seria firmado pela Comissão Nacional de Energia Nuclear e o Centro de Pesquisa Nucleares de Jülich. A êsse propósito, disse-lhe que devíamos pensar na possibilidade de um entendimento ambicioso em matéria de cooperação nuclear. A partir desse momento o Ministro Scheel, visivelmente interessado, passou a tomar notas sobre o que conversávamos. Disse-lhe em então o seguinte: o Brasil encontrava-se no momento numa encruzilhada de decisões sobre a matéria, que podiam assim ser resumi-

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/4.

resumidas: o Brasil, cuja necessidade de urânio enriquecido se-
ra relativamente modesta em 1980, se acharia diante de quatro ca-
minhos: 1ª) ser importador de urânio enriquecido aos preços em
condições então prevalecentes; 2ª) tentar importar máquinas de
enriquecimento para abastecimento próprio; 3ª) procurar, desde
já, em associação com outro país detentor de tecnologia já indus-
trializada (o processo de difusão gasosa adotado pelos Estados
Unidos) construir no Brasil usina para abastecimento do mercado
mundial; 4ª) tentar, desde já, associar-se ao desenvolvimento
de uma tecnologia ainda não testada industrialmente (ultra-cen-
trífugas ou "nozzle process") também para abastecimento do merca-
do mundial. É óbvio que as perspectivas mais atraentes são as
de números 3 e 4. No caso da opção número 3 (construção no Bra-
sil de uma usina de difusão gasosa) o parceiro mais provável se-
ria a França, à qual poderíamos oferecer energia elétrica a pre-
ços muito inferiores aos europeus e mesmo aos norte-americanos.
Assim nossa quota de capital poderia ser a construção de uma usi-
na hidroelétrica para êsse fim.

6. A associação ao desenvolvimento de uma tecnologia
ainda não industrializada nos levaria à República Federal da Ale-
manha como parceiro natural. Sabemos que o processo de ultracen-
trifugação consome pouca energia, mas ainda assim podemos cons-
tituir atrativo para a RFA, se conjugarmos a oferta de baixo cus-
to energético com a eventual garantia de financiamento de urânio
natural. Havia ainda a possibilidade de se considerar a associa-
ção teuto-brasileira para o pleno desenvolvimento de um terceiro
método de separação isotópica, o "nozzle process", processo êsse
de alto consumo de energia elétrica, superior mesmo ao da difu-
são gasosa. Sabe-se que o Brasil pode construir, para tal fim,

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/5.

fim, no médio São Francisco, uma usina hidroelétrica com capacidade de um milhão de quilowatts, a preços extremamente interessantes. Em qualquer hipótese, lembrei-lhe, devia interessar à RFA a possibilidade de se expandir nesse campo num país amigo e disposto a uma útil colaboração, dada a impossibilidade em que ela se encontra, em virtude dos acordos de Paris, de 1954, de enriquecer urânio em seu próprio território. Acrescentei que, não somente no campo da energia nuclear, mas também no da pesquisa espacial, estávamos dispostos a receber propostas da RFA, considerando não poder ela dispor de condições adequadas para realizá-la em seu próprio território.

7. Ressalvei que minhas declarações eram feitas a título meramente exploratório e sem que implicassem compromisso de nossa parte; acrescentei, entretanto, merecerem elas séria consideração.

8. Terminada minha exposição, declarou-me o Ministro Scheel ter ficado profundamente impressionado com as perspectivas que pareciam abrir-se nesse campo para uma colaboração entre os dois países, e que, tão logo regressasse à Alemanha, conversaria a respeito com seus colegas dos Ministérios técnicos e dar-me-ia uma reação com a brevidade possível.

Passamos aos temas políticos:

Terrorismo

9. Disse eu do nosso desagrado com certos episódios ocorridos na RFA, que indicavam não dar esse país amigo a devida atenção à necessidade de coibir, dentro do possível, a campanha de infâmias, premeditadamente montada contra o Brasil. O mínimo que poderíamos esperar do Governo alemão era que ele proi-

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/6.

proibisse a entrada de terroristas brasileiros em seu território, assim como evitasse convites, para visitarem a Alemanha, a personalidades brasileiras inequivocamente comprometidas com uma posição ideológica de combate ao regime democrático brasileiro, tal como D. Helder Câmara. Excusava-me recordar que alguns desses terroristas poderiam mesmo ter sido libertados e banidos em troca da vida do Embaixador von Holleben. Respondeu-me que seu Governo sofre limitações de ordem política e mesmo constitucional muito severas a esse respeito, embora reconhecesse a procedência do que lhe acabava de dizer, exceto num ponto, ou seja, o de que não haviam eles permitido a entrada na Alemanha de quaisquer terroristas brasileiros banidos em consequência do seqüestro do Embaixador von Holleben. Ao que retruquei que, se era possível ao Governo alemão impedir a entrada em seu território de alguns terroristas, bem poderia impedir a de todos. Senti nesse ponto o embaraço do meu interlocutor, o qual me prometeu levar o assunto, com empenho, à consideração do seu Governo.

Ostpolitik

10. Coube aqui ao Ministro Scheel fazer longa exposição sobre os entendimentos realizados com a União Soviética, a propósito da distensão das relações Leste-Oeste na Europa; e com a Polônia no que se refere aos problemas de fronteiras, esclarecendo não pretender seu Governo levantar a condição essencial para que os acordos sejam submetidos à retificação do Parlamento de Bonn, ou seja, o encontro de solução adequada para o problema de Berlim, sem o que não há condições políticas, segundo ele, para se concretizarem os entendimentos.

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/7.

entendimentos.

Reconhecimento da República Democrática Alemã por países Latino-Americanos

11. Perguntei-lhe se a RFA havia modificado sua posição a respeito, de tal modo que já não se preocupava com o estabelecimento de relações diplomáticas com a Alemanha Oriental. Acrescentei estar pensando precisamente na recente decisão do Chile sobre o assunto. Respondeu-me que não, que essa preocupação permanece, pois que tal reconhecimento muito fortalece a posição da RDA nas delicadas negociações que se desenrolam no momento entre esta e a RFA. Apelava assim o seu Governo a todos os países com os quais mantém cordiais relações para que não prejudiquem essas negociações mediante um ato que significa, no fim das contas, apoio à Alemanha comunista. Tinha sido, portanto, grande a decepção do seu Governo com o Governo chileno; e a decisão deste, embora soberana e portanto inevitável, não poderia deixar de afetar a cooperação da RFA para com o Chile.

12. Ao finalizarem as conversações, passamos à Sala dos Tratados, a fim de ali assistirmos, em companhia dos Ministros de Estado das Minas e Energia e do Planejamento, a assinatura do Convênio Especial sobre Cooperação nos Campos da Pesquisa e do Desenvolvimento Técnico-Nucleares, assinatura essa efetuada pelo Presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e o Diretor do Centro de Pesquisas Nucleares de Jülich. Pouco antes, e em sala à parte, o Secretário-Geral do Itamaraty trocava notas reversais com o Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, relativas à concessão de dois empréstimos: 1º - 13 milhões de marcos do Kreditanstalt für Wiederaufbau para o Banco

CÓPIA

M.R.E./AEO/430.1(81a)(42)/1971/8.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, destinado ao desenvolvimento da média e pequena empresas; 2ª - 34 milhões de marcos do Kreditanstalt für Wiederaufbau para a Companhia Vale do Rio Doce.

13. Em anexo, encontrará Vossa Excelência cópias dos documentos assinados.

EXTERIORES

Aviso no. 028/79 - Confidential

January 17 1979

Mr. Minister,

I have the honor to address Your Excellency with regard to cooperation with Iraq in field of the peaceful uses of nuclear energy.

During the negotiations that resulted in the contract of services with Mendes Junior company, in Iraq, Minister Angelo Calmon de Sá, who led those negotiations, received a request for the Brazilian Government to provide technical collaboration in the nuclear field in that country.

On July 8 last the Vice-President of the Nuclear Energy Commission of Iraq, Dr. Al-Hashimi, was in Rio de Janeiro, at NUCLEBRÁS, and Ambassador Paulo Nogueira Batista, President of that company, reports the meeting as follows:

"On that occasion I said that NUCLEBRÁS would be ready to consider cooperation in the area of technological research and formation and training as well as in the area of rendering project engineering services, component manufacture, including nuclear vapor generating system and, in the medium run, industrial services in the field of nuclear fuel.

To His Excellency

General Gustavo Moraes Rego Reis

Minister of State, Secretary-General of the National Security Council

I clarified that the cooperation could be strictly bilateral in the case of the area of technological research and personnel and that it could be tripartite, to include, directly or indirectly, our partners in the Brazilian nuclear program.

I made a general report in view of the information I had received about the political interest from high level officials of that friendly country and taking into account the current international tender in Iraq for the purchase of a 600 MW power reactor, in which Kraftwerk Union is a bidder.

My interlocutor showed, at first sight, more interest for cooperation in the field of technological research, mentioning the possibilities of exchanges that would exist with the construction, now taking place in his country, of a reactor for the test of materials, purchased from France, a very sophisticated piece of equipment that he admitted to be over-dimension for the present stage of the respective nuclear program. He promised to send an informal proposal for a visiting program by a technical mission which would discuss with our personnel the basis for a program of work. He implied that perhaps we should wait for a formalization at the diplomatic level before proposing such a mission.

Our German partners, who were consulted on this issue at the technical-commercial level, were receptive to Brazilian cooperation with said country, and admitted eventual Brazilian direct or indirect participation in the bid they have already made at the international tender mentioned above.

On October 15 an Iraqi Government delegation headed by Dr. Al-Hashimi, mentioned above, and composed of Dr. Alkital, member of the Energy Commission, and Dr. Alsharistani, Head of the Chemical Department, arrived in Brazil.

On the 16th, 17th and 18th this Delegation visited NUCLEP, Angra, the Institute of Nuclear Energy (IEN) at Fundão Island, the Usamu Utsomi Mine in Poços de Caldas and the Center for the Development of Nuclear Technology (CDTN), in Belo Horizonte, and presented at that occasion a cooperation proposal that is annexed.

Considering the high interest shown by the Government of Iraq, in particular during the negotiations led by Minister Angelo Calmon de Sá, in that country; our interests regarding oil supply, where Iraq is one of our main suppliers and has not raised difficulties, and also the current crisis in Iran, which may force us to have recourse to other oil suppliers, something that may happen at the same time to other oil importers, I convey to Your Excellency the annexed draft letter, that could be sent to the competent Iraqi Minister as an answer to his collaboration proposal.

I inform your Excellency that on this date I am sending an Aviso of the same contents to the Minister of External Relations.

I avail myself of this opportunity to renew to Your Excellency the assurances of my high esteem and consideration.

(Signed) Shigeaki Ueki
Minister of Mines and Energy